

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	9
<i>Nota do Autor</i>	11
<i>Prefácio</i>	13
1. Introdução	19
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	19
1.2. Da função ético-social do Direito Penal	19
1.3. Objeto do Direito Penal	22
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	22
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Di- reito.....	22
1.4.2. Princípios penais limitadores decorrentes da dignida- de humana	28
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador.....	45
1.6. Da Parte Geral do Código Penal: finalidade	46
2. Fontes do Direito Penal.....	47
2.1. Fonte formal imediata.....	48
2.2. Fontes formais mediatas	50
3. Interpretação da lei penal	52
4. Analogia.....	53
5. Princípio da legalidade.....	56
6. Irretroatividade da lei penal	65
7. Leis de vigência temporária.....	83
8. Tempo do crime e conflito aparente de normas	88
9. Territorialidade da lei penal brasileira	100
10. Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	111
11. Eficácia de sentença estrangeira	120
12. Do lugar do crime	122

13. Contagem do prazo	131
14. Teoria do crime	134
15. Fato típico	136
15.1. Conduta.....	136
15.1.1. Da conduta omissiva.....	162
15.1.2. Sujeitos da conduta típica.....	167
15.1.3. Objeto jurídico e objeto material.....	176
15.2. Resultado	177
15.3. Nexo causal	178
15.4. Tipicidade	209
16. O tipo penal nos crimes dolosos	223
17. O tipo penal nos crimes culposos.....	230
18. Crime preterdoloso.....	239
19. Erro de tipo	243
20. Crime consumado	263
21. Tentativa (<i>conatus</i>)	266
22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	271
23. Arrependimento posterior	274
24. Crime impossível	279
25. Classificação dos crimes	286
26. Ilicitude	293
27. Estado de necessidade.....	298
28. Legítima defesa.....	305
29. Estrito cumprimento do dever legal	315
30. Exercício regular de direito.....	317
31. Culpabilidade.....	323
31.1. Imputabilidade	331
31.2. Potencial consciência da ilicitude.....	347
31.3. Exigibilidade de conduta diversa.....	352
32. Concurso de pessoas	359
33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	379
34. Da sanção penal	384
35. Das penas privativas de liberdade	386

36. Das penas restritivas de direitos.....	426
37. Da pena de multa	457
38. Das medidas de segurança	465
39. Da aplicação da pena	472
40. Da reincidência	499
41. Suspensão condicional da pena.....	506
42. Livramento condicional	521
43. Efeitos da condenação.....	532
44. Reabilitação.....	539
45. Concurso de crimes.....	542
45.1. Concurso material ou real	543
45.2. Concurso formal ou ideal.....	544
45.3. Crime continuado.....	547
46. Limites de penas	558
47. Ação penal.....	561
48. Causas de extinção da punibilidade	586
48.1. Morte do agente (inciso I).....	586
48.2. Anistia, graça e indulto (inciso II)	588
48.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso — <i>abolitio criminis</i>	594
48.4. Renúncia ao direito de queixa.....	594
48.5. Perdão do ofendido	596
48.6. Perempção.....	597
48.7. Retratação do agente.....	600
48.8. Casamento do agente com a vítima e casamento da víti- ma com terceiro	600
48.9. Perdão judicial	601
48.10. Decadência.....	609
48.11. Prescrição.....	611
48.11.1. Prescrição da pretensão punitiva (PPP).....	614
48.11.2. Prescrição da pretensão executória (PPE).....	629
48.12. Prescrição na legislação especial	634
<i>Bibliografia</i>	637

STJ00097332

Fernando Capez

Bacharel em Direito e Mestre pela USP. Doutor em Direito pela PUCSP.

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (licenciado). Deputado estadual. Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Professor concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo. Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor Honorário da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor convidado em diversas instituições de ensino.

Visite o *site* www.fernandocapez.com.br.

CURSO DE DIREITO PENAL

parte especial **2**

Dos crimes contra a pessoa
a Dos crimes contra o sentimento religioso
e contra o respeito aos mortos
(arts. 121 a 212)

14ª edição

2014

100 ANOS
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro

Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agipino Dória, 23 – Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro

Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro

Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 – Bon Vista

Fone: (81) 3421-4246 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro

Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPIRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo

196.881.014.001

963370

ISBN 978-85-02-03026-8 obra completa

ISBN 978-85-02-21611-2 volume 2

Capez, Fernando

Curso de direito penal, volume 2, parte especial :
dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o
sentimento religioso e contra o respeito aos mortos
(arts. 121 a 212) / Fernando Capez. – 14. ed. – São
Paulo : Saraiva, 2014.

I. Direito penal I. Título.

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

I. Direito penal

343

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Poliana Soares Albuquerque

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Flavia Gutierrez Falcão de Oliveira

Arte e diagramação Isabel Gomes Cruz

Revisão de provas Amélia Kassis Ward

Ana Beatriz Fraga Moreira

Serviços editoriais Camila Artoli Loureiro

Kelli Priscila Pinto

Capa Guilherme P. Pinto

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Geográfica Editora

Acabamento Geográfica Editora

871076

Data de fechamento da edição: 5-11-2013

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

ÍNDICE

Sobre o autor	5
Abreviaturas	7
Nota do autor	15

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Art. 121 – Homicídio	22
Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	121
Art. 123 – Infanticídio	134
Arts. 124 a 128 – Aborto.....	144

Capítulo II – DAS LESÕES CORPORAIS

Art. 129 – Lesão corporal	165
---------------------------------	-----

Capítulo III – DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Art. 130 – Perigo de contágio venéreo	207
Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave	214
Art. 132 – Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	219
Art. 133 – Abandono de incapaz	228
Art. 134 – Exposição ou abandono de recém-nascido	235
Art. 135 – Omissão de socorro	241
Art. 135-A – Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	253
Art. 136 – Maus-tratos	255

Capítulo IV – DA RIXA

Art. 137 – Rixa	263
-----------------------	-----

Capítulo V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Art. 138 – Calúnia	279
Art. 139 – Difamação	297

Art. 140 – Injúria	304
Arts. 141 a 145 – Das disposições comuns aos crimes contra a honra ...	316

Capítulo VI – DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I – Dos crimes contra a liberdade pessoal

Art. 146 – Constrangimento ilegal	339
Art. 147 – Ameaça	353
Art. 148 – Sequestro e cárcere privado	360
Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo	370

Seção II – Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Art. 150 – Violação de domicílio	376
--	-----

Seção III – Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

Art. 151, <i>caput</i> – Violação de correspondência	394
Art. 151, § 1º, I – Sonegação ou destruição de correspondência	399
Art. 151, § 1º, II, III e IV – Violação de comunicação telegráfica, radio-elétrica ou telefônica	402
Art. 151, § 2º – Causa de aumento de pena	409
Art. 151, § 3º – Qualificadora	409
Art. 151, § 4º – Ação penal	410
Art. 152 – Correspondência comercial	410

Seção IV – Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Art. 153 – Divulgação de segredo	413
Art. 154 – Violação do segredo profissional	417
Arts. 154-A e 154-B – Invasão de dispositivo informático.....	422

Título II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I – DO FURTO

Art. 155 – Furto	428
Art. 156 – Furto de coisa comum	461

Capítulo II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Art. 157 – Roubo	463
Art. 158 – Extorsão	491
Art. 159 – Extorsão mediante sequestro	502
Art. 160 – Extorsão indireta	511

Capítulo III – DA USURPAÇÃO

Art. 161, <i>caput</i> – Alteração de limites	515
---	-----

Art. 161, § 1º, I – Usurpação de águas	518
Art. 161, § 1º, II – Esbulho possessório	520
Art. 162 – Supressão ou alteração de marcas em animais	523

Capítulo IV – DO DANO

Art. 163 – Dano	526
Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	534
Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	536
Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido	536

Capítulo V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Art. 168 – Apropriação indébita	537
Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária	549
Art. 169, <i>caput</i> – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	561
Art. 169, parágrafo único, I – Apropriação de tesouro	564
Art. 169, parágrafo único, II – Apropriação de coisa achada	566

Capítulo VI – DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Art. 171 – Estelionato	570
Art. 172 – Fatura, duplicata ou nota de venda simulada	596
Art. 173 – Abuso de incapazes	600
Art. 174 – Induzimento à especulação	604
Art. 175 – Fraude no comércio	606
Art. 176 – Outras fraudes	610
Art. 177 – Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações	613
Art. 178 – Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	620
Art. 179 – Fraude à execução	622

Capítulo VII – DA RECEPÇÃO

Art. 180 – Recepção	625
---------------------------	-----

Capítulo VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Arts. 181 a 183 – Imunidades	636
------------------------------------	-----

Título III
DOS CRIMES CONTRA A
PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 184 – Violação de direito autoral	644
Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	652

Título IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO
DO TRABALHO

Art. 197 – Atentado contra a liberdade de trabalho	653
Art. 198 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	655
Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação	657
Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	658
Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo	660
Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	662
Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	664
Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	668
Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	669
Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração	671
Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	673

Título V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO
AOS MORTOS

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	676
---	-----

**Capítulo II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS
MORTOS**

Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	681
Art. 210 – Violação de sepultura	684
Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	687
Art. 212 – Vilipêndio a cadáver	690
Bibliografia	693

Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE DIREITO PENAL

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL



- Abuso de autoridade • Crime organizado • Crimes ambientais
- Crimes de trânsito • Crimes hediondos • Drogas • Estatuto do Desarmamento • Interceptação telefônica • Juizados Especiais Criminais
- Lavagem de dinheiro • Sonegação fiscal • Terrorismo • Tortura
- Tráfico de pessoas • Violência doméstica

14ª edição

2019

saraiva *jur*

ISBN 978-85-53607-68-6 obra completa
ISBN 978-85-53602-66-7 volume 4

ODOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Carolina Mihoko Massanhi Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajcs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	PBA Preparação e Revisão de Textos
Capa	Aero Comunicação
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	BMF Gráfica e Editora

Capez, Fernando

Curso de direito penal, volume 4 : legislação penal especial / Fernando Capez. – 14. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito penal I. Título.

18-1066

CDU 343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 21-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605145 CAE 630553

ÍNDICE

<i>Sobre o autor</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7

ABUSO DE AUTORIDADE LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

1. Introdução	51
1.1. Breves noções sobre os direitos e garantias fundamentais .	51
1.2. Lei de Abuso de Autoridade.....	55
1.3. Diferença entre abuso de autoridade e abuso de poder	55
2. Direito de representação	55
2.1. Direito assegurado constitucionalmente	55
2.2. Formas de exercício do direito de representação.....	56
2.3. Requisitos do direito de representação	56
2.4. Representação formulada perante o Ministério Público: condição objetiva de procedibilidade?	57
3. Apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal	58
4. Responsabilidade penal	58
4.1. Sujeito ativo	58
4.2. Sujeito passivo.....	59
4.3. Elemento subjetivo	59
4.4. Tentativa	59
5. Crimes de abuso de autoridade (art. 3º).....	59
5.1. Delitos de atentado previstos no art. 3º. Ofensa ao princípio da legalidade.....	59
5.2. Ações configuradoras do abuso de autoridade (art. 3º).....	60
5.2.1. Atentado à liberdade de locomoção (alínea <i>a</i>)	60
5.2.2. Atentado à inviolabilidade do domicílio (alínea <i>b</i>) ...	61
5.2.3. Atentado ao sigilo da correspondência (alínea <i>c</i>).....	63
5.2.4. Atentado à liberdade de consciência e de crença (alí- nea <i>d</i>) e ao livre exercício do culto religioso (alínea <i>e</i>) .	67

5.2.5. Atentado à liberdade de associação e ao direito de reunião (alíneas <i>f</i> e <i>h</i>).....	67
5.2.6. Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto (alínea <i>g</i>).....	68
5.2.7. Atentado à incolumidade física do indivíduo (alínea <i>i</i>)	69
5.2.7.1. Atentado à incolumidade física do indivíduo (alínea <i>i</i>) e Lei de Tortura	71
5.2.8. Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional (alínea <i>j</i>).....	72
6. Crimes de abuso de autoridade (art. 4º).....	72
6.1. Ações configuradoras do abuso de autoridade.....	72
6.1.1. Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder (alínea <i>a</i>).....	72
6.1.2. Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei (alínea <i>b</i>)	77
6.1.2.1. A questão da legitimidade do uso de algemas.	78
6.1.3. Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa (alínea <i>c</i>)	83
6.1.4. Deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada (alínea <i>d</i>)....	84
6.1.5. Levar à prisão e não deter quem quer que se propõe a prestar fiança, permitida em lei (alínea <i>e</i>).....	85
6.1.6. Cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio na lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor (alínea <i>f</i>).....	85
6.1.7. Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa (alínea <i>g</i>)	86
6.1.8. O ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal (alínea <i>h</i>)	86
6.1.9. Prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade (alínea <i>i</i>)	86

6.2. A questão da revogação do art. 350 do CP	87
7. Autoridade	89
7.1. Conceito	89
7.2. Abuso de autoridade praticado fora do exercício da função pública.....	89
7.3. Concurso de pessoas	90
8. Obediência hierárquica. Causa excludente da culpabilidade	90
9. Estricto cumprimento do dever legal.....	91
10. Sanções legais	91
10.1. Sanção administrativa.....	91
10.2. Sanção civil	94
10.3. Sanção penal	94
11. Procedimento.....	96
11.1. Administrativo	96
11.2. Civil.....	96
11.3. Pena ¹	97
11.3.1. Procedimento da Lei de Abuso de Autoridade.....	97
12. Competência	98
12.1. Regra geral	98
12.2. Crime de abuso de autoridade praticado por servidor federal	98
12.3. Crime de abuso de autoridade praticado por policial militar	99
12.4. Concurso entre os crimes de abuso de autoridade e homicídio.....	100
12.5. Concurso entre crimes da jurisdição comum e militar	101
13. Prescrição	101

CRIMES AMBIENTAIS

LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

1. Das disposições gerais – Capítulo I.....	102
1.1. Conceito de meio ambiente.....	102
1.2. Concurso de pessoas	103
1.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	104
1.4. Teoria da desconsideração da pessoa jurídica	112
2. Da aplicação da pena – Capítulo II	112

2.1. Circunstâncias judiciais específicas	112
2.2. Penas restritivas de direitos.....	113
2.2.1. Classificação das penas alternativas.....	113
2.2.2. Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	113
2.2.3. Penas restritivas na Lei dos Crimes Ambientais	114
2.2.4. Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos..	114
2.2.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	114
2.2.6. Interdição temporária de direito	115
2.2.7. Suspensão total ou parcial das atividades.....	116
2.2.8. Prestação pecuniária.....	116
2.2.9. Recolhimento domiciliar	117
2.2.10. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	118
2.2.11. Tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade resultante de conversão.....	118
2.3. Das penas aplicáveis à pessoa jurídica.....	119
2.3.1. Das sanções criminais	119
2.3.1.1. Das penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica	119
2.3.1.2. Da prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica	120
2.3.2. Da liquidação forçada da pessoa jurídica	120
2.4. Circunstâncias atenuantes específicas	121
2.5. Circunstâncias agravantes específicas.....	121
2.6. Suspensão condicional da pena	122
2.6.1. <i>Sursis</i> especial na Lei dos Crimes Ambientais.....	123
2.7. Da pena de multa e a perícia de constatação do dano ambiental	124
2.8. Sentença penal condenatória	124
2.9. Princípio da insignificância nos crimes ambientais	125
3. Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime – Capítulo III	126
4. Da ação penal e do processo penal – Capítulo IV	128
4.1. Ação penal.....	128

4.2. Competência	128
4.3. Lei dos Juizados Especiais Criminais	131
4.3.1. Audiência preliminar	131
4.3.2. Suspensão condicional do processo	132
5. Dos crimes contra o meio ambiente – Capítulo V	133
5.1. Comentários ao art. 29.....	133
5.1.1. Previsão legal	133
5.1.2. Objetividade jurídica	134
5.1.3. Objeto material	135
5.1.4. Condutas típicas	136
5.1.5. Sujeito ativo	136
5.1.6. Sujeito passivo.....	136
5.1.7. Elementos normativos	137
5.1.7.1. Elemento subjetivo	137
5.1.8. Momento consumativo	137
5.1.9. Tentativa	138
5.1.10. Perdão judicial.....	138
5.1.11. Espécimes da fauna silvestre.....	138
5.1.12. Causas de aumento de pena	138
5.1.13. Atos de pesca	140
5.2. Comentários ao art. 30.....	140
5.2.1. Previsão legal	140
5.2.2. Objetividade jurídica	140
5.2.3. Objeto material	140
5.2.4. Conduta típica.....	140
5.2.5. Sujeito ativo	141
5.2.6. Sujeito passivo.....	141
5.2.7. Elemento normativo.....	141
5.2.8. Elemento subjetivo	141
5.2.9. Momento consumativo.....	141
5.2.10. Tentativa.....	141
5.3. Comentários ao art. 31	142
5.3.1. Previsão legal	142
5.3.2. Objetividade jurídica	142
5.3.3. Objeto material	142
5.3.4. Conduta típica.....	142

5.3.5. Sujeito ativo	142
5.3.6. Sujeito passivo.....	142
5.3.7. Elemento normativo.....	142
5.3.8. Elemento subjetivo	143
5.3.9. Momento consumativo	143
5.3.10. Tentativa	143
5.4. Comentários ao art. 32.....	143
5.4.1. Previsão legal	143
5.4.2. Objetividade jurídica	143
5.4.3. Objeto material	143
5.4.4. Condutas típicas	144
5.4.5. Sujeito ativo	144
5.4.6. Sujeito passivo.....	144
5.4.7. Elemento normativo.....	144
5.4.8. Elemento subjetivo	144
5.4.9. Momento consumativo	145
5.4.10. Tentativa.....	145
5.4.11. Causa de aumento de pena (§ 2º).....	145
5.5. Comentários ao art. 33.....	145
5.5.1. Previsão legal	145
5.5.2. Objetividade jurídica	145
5.5.3. Objeto material	146
5.5.4. Condutas típicas	146
5.5.5. Sujeito ativo	148
5.5.6. Sujeito passivo.....	148
5.5.7. Elementos normativos	148
5.5.8. Elemento subjetivo	148
5.5.9. Momento consumativo	148
5.5.10. Tentativa.....	149
5.6. Comentários ao art. 34.....	149
5.6.1. Previsão legal	149
5.6.2. Objetividade jurídica	149
5.6.3. Objeto material	149
5.6.4. Condutas típicas	150
5.6.5. Sujeito ativo	152
5.6.6. Sujeito passivo.....	152

5.6.7. Elementos normativos	152
5.6.8. Elemento subjetivo	152
5.6.9. Momento consumativo	153
5.6.10. Tentativa	153
5.7. Comentários ao art. 35.....	153
5.7.1. Previsão legal	153
5.7.2. Objetividade jurídica	153
5.7.3. Objeto material	153
5.7.4. Condutas típicas	153
5.7.5. Sujeito ativo	154
5.7.6. Sujeito passivo.....	154
5.7.7. Elemento normativo.....	154
5.7.8. Elemento subjetivo	154
5.7.9. Momento consumativo	155
5.7.10. Tentativa.....	155
5.8. Comentários ao art. 36.....	155
5.9. Comentários ao art. 37.....	156
5.10. Comentários ao art. 38.....	157
5.10.1. Previsão legal	157
5.10.2. Noções preliminares.....	157
5.10.3. Objetividade jurídica.....	159
5.10.4. Objeto material	159
5.10.5. Condutas típicas	159
5.10.6. Sujeito ativo	159
5.10.7. Sujeito passivo.....	160
5.10.8. Elemento normativo	160
5.10.9. Elemento subjetivo	160
5.10.10. Momento consumativo	160
5.10.11. Tentativa.....	160
5.10.12. Destruição ou danificação de vegetação primária ou secundária	160
5.11. Comentários ao art. 39.....	160
5.11.1. Previsão legal	160
5.11.2. Objetividade jurídica.....	160
5.11.3. Objeto material	161
5.11.4. Conduta típica.....	161

5.11.5. Sujeito ativo	161
5.11.6. Sujeito passivo	161
5.11.7. Elemento normativo	161
5.11.8. Elemento subjetivo	162
5.11.9. Momento consumativo	162
5.11.10. Tentativa.....	162
5.12. Comentários ao art. 40.....	162
5.12.1. Previsão legal	162
5.12.2. Grave equívoco do legislador	163
5.12.3. Unidades de conservação	165
5.12.4. Objetividade jurídica.....	171
5.12.5. Objeto material	171
5.12.6. Conduta típica	172
5.12.7. Sujeito ativo	172
5.12.8. Sujeito passivo	172
5.12.9. Elemento subjetivo	172
5.12.10. Momento consumativo	172
5.12.11. Tentativa.....	172
5.12.12. Agravante	172
5.13. Comentários ao art. 41	173
5.13.1. Previsão legal	173
5.13.2. Objetividade jurídica.....	173
5.13.3. Objeto material	173
5.13.4. Conduta típica	173
5.13.5. Sujeito ativo	173
5.13.6. Sujeito passivo	173
5.13.7. Elemento subjetivo	173
5.13.8. Momento consumativo	174
5.13.9. Tentativa.....	174
5.14. Comentários ao art. 42.....	174
5.14.1. Previsão legal	174
5.14.2. Objetividade jurídica.....	174
5.14.3. Objeto material	174
5.14.4. Condutas típicas	174
5.14.5. Sujeito ativo	175
5.14.6. Sujeito passivo.....	175

5.14.7. Elementos normativos	175
5.14.8. Elemento subjetivo	175
5.14.9. Momento consumativo	175
5.14.10. Tentativa.....	175
5.15. Comentários ao art. 44.....	175
5.15.1. Previsão legal	175
5.15.2. Objetividade jurídica.....	176
5.15.3. Objeto material	176
5.15.4. Conduta típica	176
5.15.5. Sujeito ativo	177
5.15.6. Sujeito passivo.....	177
5.15.7. Elemento normativo.....	177
5.15.8. Elemento subjetivo	177
5.15.9. Momento consumativo	177
5.15.10. Tentativa.....	177
5.16. Comentários ao art. 45.....	178
5.16.1. Previsão legal	178
5.16.2. Objetividade jurídica.....	178
5.16.3. Objeto material	178
5.16.4. Condutas típicas	178
5.16.5. Sujeito ativo	178
5.16.6. Sujeito passivo.....	179
5.16.7. Elementos normativos	179
5.16.8. Elemento subjetivo	179
5.16.9. Momento consumativo	179
5.16.10. Tentativa.....	179
5.17. Comentários ao art. 46.....	179
5.17.1. Previsão legal	179
5.17.2. Objetividade jurídica.....	179
5.17.3. Objeto material	180
5.17.4. Condutas típicas	180
5.17.5. Sujeito ativo	180
5.17.6. Sujeito passivo.....	180
5.17.7. Elementos normativos	180
5.17.8. Elemento subjetivo	181
5.17.9. Momento consumativo	181

5.17.10. Tentativa.....	181
5.18. Comentários ao art. 48.....	181
5.18.1. Previsão legal	181
5.18.2. Objetividade jurídica.....	182
5.18.3. Objeto material	182
5.18.4. Condutas típicas	182
5.18.5. Sujeito ativo	182
5.18.6. Sujeito passivo.....	182
5.18.7. Elemento subjetivo	183
5.18.8. Momento consumativo	183
5.18.9. Tentativa.....	183
5.19. Comentários ao art. 49.....	183
5.19.1. Previsão legal	183
5.19.2. Objetividade jurídica.....	183
5.19.3. Objeto material	183
5.19.4. Condutas típicas	183
5.19.5. Sujeito ativo	184
5.19.6. Sujeito passivo.....	184
5.19.7. Elementos normativos	184
5.19.8. Elemento subjetivo	185
5.19.9. Momento consumativo	185
5.19.10. Tentativa.....	185
5.20. Comentários ao art. 50.....	185
5.20.1. Previsão legal	185
5.20.2. Objetividade jurídica.....	185
5.20.3. Objeto material	185
5.20.4. Condutas típicas	186
5.20.5. Sujeito ativo	186
5.20.6. Sujeito passivo.....	186
5.20.7. Elemento normativo	186
5.20.8. Elemento subjetivo	186
5.20.9. Momento consumativo	186
5.20.10. Tentativa.....	186
5.20.11. Comentário ao art. 50-A.....	186
5.21. Comentários ao art. 51.....	187
5.21.1. Previsão legal	187

5.21.2. Objetividade jurídica.....	187
5.21.3. Objeto material	187
5.21.4. Condutas típicas	187
5.21.5. Sujeito ativo	187
5.21.6. Sujeito passivo.....	188
5.21.7. Elemento normativo.....	188
5.21.8. Elemento subjetivo	188
5.21.9. Momento consumativo	188
5.21.10. Tentativa.....	188
5.22. Comentários ao art. 52.....	188
5.22.1. Previsão legal	188
5.22.2. Objetividade jurídica.....	189
5.22.3. Objeto material	189
5.22.4. Conduta típica.....	189
5.22.5. Sujeito ativo	190
5.22.6. Sujeito passivo.....	190
5.22.7. Elemento normativo.....	190
5.22.8. Elemento subjetivo	190
5.22.9. Momento consumativo	191
5.22.10. Tentativa.....	191
5.23. Comentários ao art. 53.....	191
5.23.1. Previsão legal	191
5.23.2. Comentário.....	191
5.24. Comentários ao art. 54.....	193
5.24.1. Previsão legal	193
5.24.2. Noções preliminares.....	194
5.24.3. Conceito geral de poluição	197
5.24.4. Objetividade jurídica.....	197
5.24.5. Objeto material	197
5.24.6. Conduta típica.....	197
5.24.7. Sujeito ativo	198
5.24.8. Sujeito passivo.....	198
5.24.9. Elementos normativos	198
5.24.10. Elemento subjetivo	198
5.24.11. Momento consumativo	198
5.24.12. Tentativa.....	199

5.24.13. Qualificadoras.....	199
5.25. Comentários ao art. 55.....	200
5.25.1. Previsão legal	200
5.25.2. Objetividade jurídica.....	201
5.25.3. Objeto material	201
5.25.4. Condutas típicas	201
5.25.5. Sujeito ativo	202
5.25.6. Sujeito passivo.....	202
5.25.7. Elementos normativos	202
5.25.8. Elemento subjetivo	203
5.25.9. Momento consumativo	203
5.25.10. Tentativa.....	203
5.26. Comentários ao art. 56.....	203
5.26.1. Previsão legal	203
5.26.2. Objetividade jurídica.....	204
5.26.3. Objeto material	204
5.26.4. Condutas típicas	204
5.26.5. Sujeito ativo	205
5.26.6. Sujeito passivo	205
5.26.7. Elementos normativos	205
5.26.8. Elemento subjetivo	205
5.26.9. Momento consumativo	205
5.26.10. Tentativa.....	206
5.26.11. Causa de aumento de pena	206
5.27. Comentários ao art. 58.....	206
5.27.1. Previsão legal	206
5.27.2. Comentários	206
5.28. Comentários ao art. 60.....	207
5.28.1. Previsão legal	207
5.28.2. Objetividade jurídica.....	207
5.28.3. Objeto material	208
5.28.4. Condutas típicas	208
5.28.5. Sujeito ativo	208
5.28.6. Sujeito passivo	208
5.28.7. Elementos normativos	209
5.28.8. Elemento subjetivo	209

5.28.9. Momento consumativo	209
5.28.10. Tentativa.....	209
5.29. Comentários ao art. 61	209
5.29.1. Previsão legal	209
5.29.2. Objetividade jurídica.....	210
5.29.3. Objeto material	210
5.29.4. Conduta típica	210
5.29.5. Sujeito ativo	210
5.29.6. Elemento normativo	211
5.29.7. Elemento subjetivo	211
5.29.8. Momento consumativo	211
5.29.9. Tentativa.....	211
5.30. Comentários ao art. 62	211
5.30.1. Previsão legal	211
5.30.2. Objetividade jurídica.....	211
5.30.3. Objeto material	212
5.30.4. Condutas típicas	212
5.30.5. Sujeito ativo	212
5.30.6. Sujeito passivo.....	212
5.30.7. Elementos normativos	213
5.30.8. Elemento subjetivo	213
5.30.9. Momento consumativo	213
5.30.10. Tentativa.....	213
5.31. Comentários ao art. 63.....	213
5.31.1. Previsão legal	213
5.31.2. Noções preliminares	213
5.31.3. Objetividade jurídica.....	214
5.31.4. Objeto material	215
5.31.5. Condutas típicas	215
5.31.6. Sujeito ativo	215
5.31.7. Sujeito passivo.....	215
5.31.8. Elementos normativos	215
5.31.9. Elemento subjetivo	215
5.31.10. Momento consumativo	216
5.31.11. Tentativa.....	216
5.32. Comentários ao art. 64.....	216

5.32.1. Previsão legal	216
5.32.2. Objetividade jurídica.....	216
5.32.3. Objeto material	216
5.32.4. Condutas típicas	216
5.32.5. Sujeito ativo	217
5.32.6. Sujeito passivo.....	217
5.32.7. Elementos normativos	217
5.32.8. Elemento subjetivo	217
5.32.9. Momento consumativo	217
5.32.10. Tentativa.....	217
5.33. Comentários ao art. 65.....	217
5.33.1. Previsão legal	217
5.33.2. Objetividade jurídica.....	218
5.33.3. Objeto material	218
5.33.4. Condutas típicas	218
5.33.5. Sujeito ativo	219
5.33.6. Sujeito passivo.....	219
5.33.7. Elementos normativos	219
5.33.8. Elemento subjetivo	219
5.33.9. Momento consumativo	219
5.33.10. Tentativa.....	219
5.33.11. Causa excludente da tipicidade	219
5.34. Comentários ao art. 66.....	220
5.34.1. Previsão legal	220
5.34.2. Objetividade jurídica.....	220
5.34.3. Objeto material	220
5.34.4. Conduta típica.....	220
5.34.5. Sujeito ativo	220
5.34.6. Sujeito passivo.....	221
5.34.7. Elementos normativos	221
5.34.8. Elemento subjetivo	221
5.34.9. Momento consumativo	221
5.34.10. Tentativa.....	222
5.35. Comentários ao art. 67	222
5.35.1. Previsão legal	222
5.35.2. Objetividade jurídica.....	222

5.35.3. Objeto material	222
5.35.4. Conduta típica.....	222
5.35.5. Sujeito ativo	224
5.35.6. Sujeito passivo.....	224
5.35.7. Elementos normativos	224
5.35.8. Elemento subjetivo	224
5.35.9. Momento consumativo	225
5.35.10. Tentativa.....	225
5.36. Comentários ao art. 68.....	225
5.36.1. Previsão legal	225
5.36.2. Objetividade jurídica.....	225
5.36.3. Objeto material	225
5.36.4. Conduta típica.....	225
5.36.5. Sujeito ativo	226
5.36.6. Sujeito passivo.....	226
5.36.7. Elemento normativo.....	226
5.36.8. Elemento subjetivo	226
5.36.9. Momento consumativo	226
5.36.10. Tentativa.....	226
5.37. Comentários ao art. 69.....	226
5.37.1. Previsão legal	226
5.37.2. Objetividade jurídica.....	226
5.37.3. Objeto material	227
5.37.4. Conduta típica.....	227
5.37.5. Sujeito ativo	227
5.37.6. Sujeito passivo.....	227
5.37.7. Elementos normativos	227
5.37.8. Elemento subjetivo	227
5.37.9. Momento consumativo	228
5.37.10. Tentativa.....	228
5.37.11. Comentários ao art. 69-A.....	228
6. Infração administrativa – Capítulo VI – Arts. 70 a 76.....	229
7. Da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente – Capítulo VII – Arts. 77 e 78	230
8. Disposições finais – Capítulo VIII – Arts. 79, 79-A, 80 e 82.....	231
8.1. Comentários aos arts. 79 e 79-A	231

8.2. Comentários ao art. 80.....	233
8.3. Comentários ao art. 82.....	233

CRIMES HEDIONDOS

LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

1. Considerações gerais	234
1.1. Divisão da lei	234
1.2. Princípio da proporcionalidade	235
1.3. Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade	236
2. Crimes hediondos – Conceito.....	236
2.1. Critério de classificação.....	236
2.2. Critério legal	237
2.3. Crimes militares.....	239
2.4. Tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo.....	239
3. Comentários ao art. 1º da lei – Crimes constantes do rol legal...	239
3.1. Homicídio simples	239
3.1.1. Homicídio simples e Lei dos Crimes Hediondos	239
3.1.2. Homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio e a aplicação da lei penal no tempo	240
3.1.3. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e competência do Tribunal do Júri	242
3.1.4. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e circunstâncias privilegiadas.....	242
3.1.5. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e causa de aumento de pena.....	243
3.2. Homicídio qualificado.....	243
3.2.1. Homicídio privilegiado-qualificado.....	244
3.3. Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal	245
3.4. Latrocínio	245
3.5. Extorsão qualificada pela morte	246
3.6. Extorsão mediante sequestro e na forma qualificada.....	247
3.7. Estupro na forma simples	248
3.7.1. Estupro qualificado.....	249
3.7.2. Estupro de vulnerável e violência presumida.....	251
3.8. Epidemia com resultado morte	252

3.9. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	253
3.10. Crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	254
3.11. Crime de genocídio.....	254
3.11.1. Crime de genocídio. Competência.....	254
3.12. Tráfico ilícito de drogas.....	256
3.13. Terrorismo.....	257
3.14. Tortura.....	257
3.15. Posse e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	258
4. Comentários ao art. 2º da Lei.....	259
4.1. Anistia, graça e indulto. Conceito.....	259
4.1.1. Anistia, graça e indulto. Proibição.....	260
4.1.2. Comutação de penas.....	262
4.1.3. Proibição de anistia, graça e indulto. Aplicação da lei penal no tempo.....	263
4.2. Liberdade provisória.....	263
4.2.1. Conceito.....	263
4.2.2. Espécies.....	263
4.2.3. Da vedação da liberdade provisória na antiga redação do inciso II do art. 2º da Lei n. 8.072/90.....	264
4.2.4. Da abolição da vedação legal da concessão da liberdade provisória pela Lei n. 11.464/2007.....	267
4.2.5. Liberdade provisória e a Lei n. 11.343/2006.....	268
4.2.6. Liberdade provisória e o Estatuto do Desarmamento.....	269
4.3. Regime de cumprimento de pena.....	269
4.3.1. A questão da constitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90.....	269
4.3.2. Lei n. 11.464/2007. Da progressão de regime (art. 2º, § 2º).....	274
4.3.3. Lei n. 11.464/2007 e a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97.....	276
4.3.4. Lei n. 11.464/2007 e Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas).....	277
4.3.5. Aplicação da lei penal no tempo. A declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90 e o advento da Lei n. 11.464/2007.....	278

4.3.6. Outras questões relativas ao regime de cumprimento de pena.....	282
4.3.6.1. Prisão domiciliar	282
4.3.6.2. Permissão de saída	282
4.3.6.3. Saída temporária	283
4.3.6.4. Trabalho externo.....	283
4.3.6.5. “Sursis” e penas alternativas	285
4.4. Apelação em liberdade	287
4.4.1. Apelação em liberdade – art. 594 do CPP (revogado) e art. 2º, § 3º, da Lei n. 8.072/90 (com renumeração determinada pela Lei n. 11.464/2007).....	287
4.4.2. Apelação em liberdade e art. 59 da Lei n. 11.343/2006.	291
4.4.3. Aplicação da lei penal no tempo	292
4.5. Prisão temporária.....	292
5. Comentários ao art. 3º da Lei – Estabelecimento de segurança máxima	293
6. Comentários ao art. 5º da Lei – Livramento condicional	294
7. Comentários ao art. 7º da Lei – Delação eficaz ou premiada. Causa de diminuição de pena	298
8. Comentários ao art. 8º da Lei – Associação criminosa	301
9. Comentários ao art. 9º da Lei – Causa de aumento da pena.....	304
9.1. Causa de aumento de pena prevista no art. 9º da Lei n. 8.072 e a revogação dos arts. 214, 223 e 224 do CP	304
10. Comentários ao art. 10 da Lei	305

CRIME ORGANIZADO

LEI N. 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

1. Considerações preliminares	306
2. Comentários ao Capítulo I	306
2.1. Da definição de ação praticada por organizações criminosas	306
2.1.1. Âmbito de incidência da Lei – Problemas conceituais derivados da primitiva redação	306
2.1.2. Panorama legal após a edição das Leis n. 12.850/2013 e 12.694/2012	308
2.1.3. O conceito de organização criminosa, segundo a Convenção de Palermo	311

2.1.4. O conceito de organização criminosa, segundo a Lei n. 12.694/2012	312
2.1.5. O conceito de organização criminosa segundo a Lei n. 12.850/2013	313
2.1.6. Questões diversas	314
2.2. Tipo penal específico de organização criminosa	315
3. Comentários ao Capítulo II	318
3.1. Órgãos investigatórios especializados no combate ao crime organizado	318
3.2. Colaboração premiada	318
3.2.1. Momento da colaboração	320
3.2.2. <i>Quantum</i> da redução	320
3.2.3. Eficácia da colaboração	320
3.2.4. Colaboração e delação	320
3.3. Identificação criminal	321
3.4. Ação controlada (inciso III)	322
3.5. Interceptação e gravação ambiental	324
3.6. Infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação	325
3.7. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações	328
3.8. Progressão de regime	328
3.9. Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova para processar e julgar organizações criminosas	329
4. Comentários ao Capítulo III	330
4.1. Das disposições finais	330

CRIMES DE TRÂNSITO

LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

1. Considerações preliminares	332
2. Procedimento nos crimes de trânsito	332
2.1. Inovações introduzidas pelas Leis n. 11.705/2008 e 12.760/2012	332
2.2. Lei n. 13.546/2017	336
3. Conceito de veículo automotor	336
4. Permissão ou habilitação para dirigir veículo	337
4.1. Habilitação para dirigir veículo automotor	337
4.2. Permissão para dirigir veículo automotor	337

5. Suspensão ou proibição da permissão ou habilitação para dirigir veículo.....	338
5.1. Conceito. Hipóteses de incidência	338
5.2. Diferenças entre a pena restritiva de direitos prevista no art. 47, III, do CP e a nova penalidade prevista no Código de Trânsito	338
5.3. Caráter não substitutivo – Cumulação com pena privativa de liberdade	340
5.4. Impossibilidade de cumulação com a suspensão da habilitação prevista no Código Penal.....	340
5.5. Impossibilidade de aplicação da suspensão da habilitação prevista no Código Penal também aos demais crimes do Código de Trânsito Brasileiro	340
5.6. Revogação da pena prevista no Código Penal.....	341
5.7. Aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e suspensão ou proibição para dirigir veículo.....	341
5.8. Efeito extrapenal da condenação	341
5.9. Inexistência de <i>bis in idem</i>	342
5.10. Forma de aplicação da nova pena de suspensão ou proibição.	342
5.11. Execução da pena de suspensão ou proibição de dirigir	342
5.12. Suspensão ou proibição cautelar.....	342
5.13. Comunicação da suspensão ou proibição às autoridades administrativas.....	343
5.14. Reincidência específica.....	343
5.15. Efeitos da reincidência específica	344
6. Multa reparatória	344
6.1. Enfoque criminológico	344
6.2. Multa reparatória no Código de Trânsito	345
7. Agravantes genéricas.....	347
8. Prisão em flagrante e fiança	350
9. Dos crimes em espécie	351
9.1. Homicídio e lesão culposa na direção de veículo (arts. 302 e 303)	351
9.1.1. Previsão legal.....	351
9.1.2. Introdução	351
9.1.3. Objetividade jurídica	352
9.1.4. Tipo objetivo.....	352

9.1.5. Princípio da confiança	354
9.1.6. Lesão culposa.....	355
9.1.7. Consumação e tentativa	356
9.1.8. Perdão judicial	356
9.1.9. Reparação do dano.....	357
9.1.10. Concurso de crimes e absorção	358
9.1.11. Concurso de pessoas em crime culposo	359
9.1.12. Jurisprudência.....	360
9.1.13. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	361
9.1.14. Causas de aumento de pena	361
9.1.15. Lesão corporal culposa e princípio da insignificância	366
9.1.16. Crime qualificado	367
9.2. Omissão de socorro (art. 304).....	367
9.2.1. Previsão legal.....	367
9.2.2. Objetividade jurídica	367
9.2.3. Sujeito ativo	368
9.2.4. Sujeito passivo.....	368
9.2.5. Tipo objetivo.....	368
9.2.6. Consumação. Tentativa.....	369
9.2.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	370
9.2.8. Comentários ao parágrafo único do art. 304 do CTB.	370
9.3. Fuga do local do acidente (art. 305)	371
9.3.1. Previsão legal	371
9.3.2. Introdução	371
9.3.3. Objetividade jurídica	372
9.3.4. Sujeito ativo	372
9.3.5. Sujeito passivo.....	372
9.3.6. Tipo objetivo.....	372
9.3.7. Consumação. Tentativa.....	373
9.3.8. Concurso.....	373
9.3.9. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	373
9.4. Embriaguez ao volante.....	373
9.4.1. Previsão legal	373
9.4.2. Introdução	374
9.4.3. Objetividade jurídica	374
9.4.4. Sujeito ativo	376

9.4.5. Sujeito passivo.....	376
9.4.6. Tipo objetivo.....	377
9.4.7. Embriaguez ao volante e infração administrativa.....	378
9.4.8. Consumação. Tentativa.....	379
9.4.9. Elemento subjetivo	380
9.4.10. Concurso.....	380
9.4.11. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	380
9.5. Violação da suspensão ou proibição imposta	380
9.5.1. Previsão legal.....	380
9.5.2. Introdução	381
9.5.3. Objetividade jurídica	381
9.5.4. Tipo objetivo.....	381
9.5.5. Sujeito ativo	382
9.5.6. Sujeito passivo.....	382
9.5.7. Consumação. Tentativa.....	382
9.5.8. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	382
9.6. Omissão na entrega da permissão ou habilitação.....	382
9.6.1. Previsão legal.....	382
9.6.2. Introdução	383
9.6.3. Objetividade jurídica	383
9.6.4. Sujeito ativo	383
9.6.5. Sujeito passivo.....	383
9.6.6. Consumação. Tentativa.....	383
9.6.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	383
9.7. Participação em competição não autorizada	384
9.7.1. Previsão legal.....	384
9.7.2. Introdução	384
9.7.3. Objetividade jurídica	384
9.7.4. Sujeito ativo	384
9.7.5. Sujeito passivo.....	384
9.7.6. Tipo objetivo.....	385
9.7.7. Consumação. Tentativa.....	386
9.7.8. Elemento subjetivo	386
9.7.9. Qualificadoras.....	386
9.7.10. Concurso	386
9.7.11. Ação penal. Lei n. 9.099/95	387

9.8. Direção de veículo sem permissão ou habilitação	387
9.8.1. Previsão legal	387
9.8.2. Introdução	387
9.8.3. Tipo objetivo.....	387
9.8.4. Sujeito ativo	393
9.8.5. Sujeito passivo.....	393
9.8.6. Consumação. Tentativa.....	393
9.8.7. Elemento subjetivo	393
9.8.8. Absorção	393
9.8.9. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	394
9.9. Entrega de veículo a pessoa não habilitada.....	394
9.9.1. Previsão legal	394
9.9.2. Introdução	394
9.9.3. Objetividade jurídica	394
9.9.4. Tipo objetivo.....	394
9.9.5. Sujeito ativo	395
9.9.6. Sujeito passivo.....	395
9.9.7. Consumação.....	396
9.9.8. Tentativa	396
9.9.9. Absorção	396
9.9.10. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	396
9.10. Excesso de velocidade em determinados locais	397
9.10.1. Previsão legal	397
9.10.2. Introdução	397
9.10.3. Objetividade jurídica.....	398
9.10.4. Tipo objetivo.....	398
9.10.5. Sujeito ativo	398
9.10.6. Sujeito passivo.....	398
9.10.7. Elemento subjetivo	398
9.10.8. Consumação. Tentativa.....	398
9.10.9. Absorção	399
9.10.10. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	399
9.11. Fraude no procedimento apuratório.....	399
9.11.1. Previsão legal	399
9.11.2. Introdução	399
9.11.3. Objetividade jurídica.....	399

9.11.4. Tipo objetivo.....	399
9.11.5. Elemento subjetivo	400
9.11.6. Consumação. Tentativa.....	400
9.11.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	400
9.12. Penas restritivas de direitos nos crimes de trânsito.....	400

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

LEI N. 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

1. Introdução	402
2. Aspectos gerais dos crimes previstos no Capítulo IV	403
2.1. Objetividade jurídica	403
2.2. Competência	403
2.3. Infrações de perigo	405
2.4. Classificação.....	409
2.5. Objeto material	411
2.5.1. Arma de fogo	411
2.5.2. Acessório e munição	415
2.5.3. Brinquedo, réplicas e simulacros de armas de fogo ...	418
3. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12)	420
3.1. Conceito	420
3.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	421
3.3. Aplicação da lei penal no tempo	421
3.4. Tipo objetivo	427
3.5. Em desacordo com determinação legal ou regulamentar....	427
3.6. No interior da própria residência ou local de trabalho	428
3.7. Objeto material	428
3.8. Arma de fogo e prova pericial.....	428
3.9. Sujeito ativo	429
3.10. Sujeito passivo.....	429
3.11. Elemento subjetivo	429
3.12. Tentativa	429
3.13. Posse e porte de arma de fogo.....	429
3.14. Arma de fogo levada a registro depois de superado o prazo legal para regularização.....	430
3.15. Posse de arma de fogo e faculdade legal de entregá-la à autoridade competente	430

3.16. Posse de arma de fogo cujo registro de propriedade foi expedido por órgãos estaduais nos termos da Lei n. 9.437/97 e seu Regulamento.....	430
3.17. Pena.....	431
3.18. Fiança.....	431
4. Omissão de cautela (art. 13).....	431
4.1. Conceito.....	431
4.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003.....	431
4.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	432
4.4. Objetividade jurídica.....	432
4.5. Infração de perigo.....	433
4.6. Classificação.....	434
4.7. Imprudência.....	435
4.8. Tentativa.....	435
4.9. Sujeito ativo.....	435
4.10. Sujeito passivo.....	435
4.11. Incoerência do legislador superada pela nova Lei.....	435
4.12. Lei n. 9.437/97 e art. 19, § 2º, c, da LCP.....	436
4.13. Contravenção ainda em vigor.....	436
4.14. Munição.....	437
4.15. Acessório.....	437
4.16. Prática de desporto.....	437
4.17. Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal o extravio de arma de fogo, acessório ou munição.....	438
4.18. Objeto material.....	439
4.19. Sujeito ativo.....	439
4.20. Consumação.....	439
4.21. Tentativa.....	439
4.22. Pena.....	439
4.23. Fiança.....	440
5. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14).....	440
5.1. Conceito.....	440
5.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003.....	440
5.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	441
5.4. Tipo objetivo.....	442

5.5. Condutas típicas do art. 14 reproduzidas no art. 17 da Lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar.....	443
5.6. Objeto material	443
5.7. Sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.....	444
5.8. Tentativa	444
5.9. Prática da mesma conduta (portar, deter, remeter etc.) envolvendo mais de uma arma	444
5.10. Art. 19 da LCP e Lei n. 10.826/2003	444
5.11. Portar.....	445
5.12. Prorrogação das autorizações para porte	445
5.13. Porte e transporte.....	446
5.14. Manter sob guarda.....	447
5.15. Adquirir, receber, transportar ou ocultar arma de fogo, acessório ou munições, de uso permitido, e o delito de receptação	447
5.16. Empregar	448
5.17. Emprego de arma de fogo e o porte anterior	449
5.18. Legítima defesa e porte ilegal de arma de fogo.....	449
5.19. Temor de assaltos	450
5.20. Causa de aumento de pena	450
5.21. Fiança	450
6. Disparo de arma de fogo (art. 15)	451
6.1. Conceito	451
6.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	451
6.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	451
6.4. Objetividade jurídica	451
6.5. Tipo objetivo	452
6.6. Munição.....	452
6.7. Sujeito ativo	452
6.8. Sujeito passivo.....	452
6.9. Elemento subjetivo.....	452
6.10. Tentativa	452
6.11. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (arts. 12 e 14).....	452
6.12. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito ou proibido.....	453

6.13. Disparo de arma de fogo e concurso de crimes.....	455
6.14. Número de disparos.....	455
6.15. Horário do disparo.....	455
6.16. Disparo em local ermo	455
6.17. Acionar munição.....	455
6.18. Artefatos explosivos e incendiários.....	455
6.19. Queimar fogos de artifício e soltar balão aceso	456
6.20. Lei n. 10.826/2003 e o princípio da subsidiariedade no crime de disparo de arma de fogo.....	456
6.21. Causa de aumento de pena.....	461
6.22. Fiança	461
7. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16)...	462
7.1. Conceito.....	462
7.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	462
7.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	463
7.4. Tipo objetivo	464
7.5. Condutas típicas do art. 16 reproduzidas no art. 17 da Lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar.....	465
7.6. Objeto material.....	466
7.7. Sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar	466
7.8. Tentativa	466
7.9. Prática da mesma conduta (portar, deter, remeter etc.) envolvendo mais de uma arma	466
7.10. A questão da derrogação do art. 19 da LCP.....	467
7.11. Posse e porte	467
7.12. Porte e transporte.....	467
7.13. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 16, <i>caput</i>)	467
7.14. Adquirir, receber, transportar ou ocultar arma de fogo, acessório ou munições, de uso restrito ou proibido, e o delito de receptação.....	467
7.15. Fornecimento ou cessão, ainda que gratuita, de arma de fogo de uso proibido ou restrito a maior de idade.....	468
7.16. Venda de arma de fogo de uso proibido ou restrito, no exercício de atividade comercial ou industrial, a maior ou menor de idade	468

7.17. Venda, entrega ou fornecimento, ainda que gratuito, de arma de fogo de uso proibido ou restrito, a criança ou adolescente	468
7.18. Incongruências da nova Lei.....	468
7.19. Empregar.....	468
7.20. Legítima defesa e porte ilegal de arma de fogo.....	470
7.21. Temor de assaltos.....	470
7.22. Causa de aumento de pena.....	470
7.23. Liberdade provisória.....	470
7.24. Contrabando e descaminho.....	470
7.25. Sanção penal.....	471
8. Figuras equiparadas (art. 16, parágrafo único).....	471
8.1. Conceito.....	471
8.2. Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003.....	471
8.3. Figuras equiparadas e objeto material.....	473
8.4. Supressão ou alteração de identificação de arma de fogo ou artefato.....	473
8.5. Transformação em arma de fogo de uso restrito.....	475
8.6. Modificação das características da arma de fogo para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz.....	476
8.7. Posse, detenção, fabrico ou emprego de artefato explosivo ou incendiário.....	477
8.8. Porte, posse, aquisição, transporte ou fornecimento de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.....	478
8.9. Venda, entrega ou fornecimento, ainda que gratuito, de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente, e a questão da revogação do art. 242 do ECA ..	479
8.10. Produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.....	486
8.11. Causa de aumento de pena.....	487
8.12. Liberdade provisória.....	487
9. Comércio ilegal de arma de fogo (art. 17).....	487
9.1. Conceito.....	487
9.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003.....	487
9.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	489

9.4. Art. 18 da LCP.....	490
9.5. Tipo objetivo	490
9.6. Exercício de atividade comercial ou industrial.....	491
9.7. Condutas típicas dos arts. 14 e 16 reproduzidas no art. 17 da lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar	493
9.8. Posse ou porte de arma de fogo, acessório ou munição destinados ao comércio	494
9.9. Conduzir e transportar.....	495
9.10. Desmontar, montar, remontar arma de fogo, acessório ou munição, sem que o agente se encontre no exercício de atividade comercial ou industrial	495
9.11. Adulterar	495
9.12. De qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição.....	496
9.13. Objeto material	496
9.14. Sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar	496
9.15. Sujeito ativo	497
9.16. Elemento subjetivo	497
9.17. Tentativa	497
9.18. Comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição e o delito de receptação	497
9.19. Tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição	498
9.20. Venda de arma de fogo, acessório ou munição, a criança ou adolescente	498
9.21. Causas de aumento de pena	498
9.22. Liberdade provisória	499
10. Tráfico internacional de arma de fogo (art. 18).....	499
10.1. Conceito	499
10.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	499
10.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	501
10.4. Ações nucleares	501
10.5. Objeto material	502
10.6. Sem autorização da autoridade competente.....	502

10.7. Consumação.....	502
10.8. Tentativa	503
10.9. Elemento subjetivo	503
10.10. Tráfico doméstico	503
10.11. Exercício de atividade comercial ou industrial.....	503
10.12. Tráfico internacional de artefato explosivo ou incendiário	504
10.13. Crime de contrabando ou descaminho (CP, art. 334).....	504
10.14. Facilitação de contrabando ou descaminho (CP, art. 318) .	506
10.15. Causas de aumento de pena	506
10.16. Liberdade provisória	507
10.17. Competência	507
11. Causas de aumento de pena (arts. 19 e 20).....	507
11.1. Arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito ou proibido.....	507
11.2. Crimes cometidos por integrantes dos órgãos e das empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º da lei.....	507
12. Liberdade provisória (art. 21)	509
13. Apreensão da arma de fogo, acessório ou munição (art. 25)	513
14. Comércio de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo (art. 26).....	516
15. Armas de fogo sem registro. Dever legal de regularização (art. 30)	517
16. Armas de fogo adquiridas regularmente nos termos da Lei n. 10.826/2003. Entrega à autoridade policial	517
17. Posse de arma de fogo e faculdade legal de entregá-la à autoridade competente (art. 32).....	517
18. Autorizações de porte de armas de fogo concedidas nos termos da Lei n. 10.826/2003. Expiração do prazo de validade	517
19. Comercialização de arma de fogo e munição	518
20. Referendo popular	518
21. Revogação da Lei n. 9.437/97	519
22. Vigência da Lei n. 10.826/2003.....	520
23. Recentes alterações no Estatuto do Desarmamento	520

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

LEI N. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

1. Introdução	522
---------------------	-----

2. Objeto. Conceito	524
2.1. Comunicação por carta e telegráfica	524
2.2. Comunicações telefônicas	525
2.3. Comunicações em sistema de informática e telemática	526
2.4. Interceptação. Conceito	528
2.5. Interceptação e gravação ambiental	530
2.6. Sigilo de dados telefônicos.....	531
3. Lei n. 9.296/96 – Aspectos processuais	533
3.1. Requisitos legais para a concessão da quebra do sigilo tele- fônico.....	534
3.2. Procedimento para a interceptação	538
3.3. Eficácia objetiva da autorização	548
3.4. Prova emprestada.....	551
3.5. Valor da prova	552
4. Lei n. 9.296/96 – Aspectos penais	553
4.1. Comentários ao art. 10 da Lei n. 9.296/96	553
4.1.1. Conceito	553
4.1.2. Objeto jurídico	553
4.1.3. Ação nuclear.....	553
4.1.4. Sujeito ativo	554
4.1.5. Sujeito passivo.....	555
4.1.6. Elemento subjetivo	555
4.1.7. Consumação.....	555
4.1.8. Tentativa	556
4.2. A questão da revogação ou não da parte final do inciso II do § 1º do art. 151 do CP.....	556
5. Das provas obtidas por meios ilícitos – art. 5º, LVI, da CF	557
6. Resolução n. 59 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	571

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

LEI N. 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

1. Introdução	572
2. Âmbito de incidência.....	576
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo	576
2.2. Regras especiais	576
3. Disposições gerais.....	582

4. Fase preliminar e transação penal.....	585
5. Procedimento sumaríssimo.....	596
6. Suspensão condicional do processo	604
7. Questões finais	616
7.1. Representação do ofendido.....	616
7.2. Providência cautelar	617
7.3. Classificação jurídica do fato.....	619
7.4. Tribunal do Júri	621
7.5. Aplicação da lei penal no tempo.....	623
7.6. Juizados itinerantes.....	625

LAVAGEM DE DINHEIRO

LEI N. 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

1. Considerações preliminares	626
1.1. Fases da lavagem de dinheiro	627
1.2. Legislação em vigor	629
2. Objeto jurídico	629
3. Objeto material	630
4. Tipos penais	631
4.1. Modalidades típicas	631
4.1.1. Infração penal antecedente	633
4.1.2. Infração penal antecedente e a previsão do art. 2º, § 1º	633
4.1.3. Crime antecedente e a previsão do art. 2º, II, da lei....	634
5. Causa de aumento de pena.....	635
6. Delação premiada	635
7. Competência	636
8. Citação. A questão do art. 366 do CPP	637
9. Fiança e liberdade provisória	637
10. Medidas assecuratórias.....	638
11. Ação controlada.....	640
12. Efeitos da condenação	640
13. Disposições administrativas.....	640

SONEGAÇÃO FISCAL

LEI N. 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

1. Considerações gerais	642
-------------------------------	-----

2. Dos crimes – Comentários gerais	643
2.1. Ilícito administrativo e ilícito penal	643
2.2. Evasão fiscal e elisão fiscal	646
2.3. Tributos e contribuição social.....	647
2.4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	647
2.5. Responsabilidade penal objetiva	650
2.6. Princípio da insignificância.....	652
2.7. Traição benéfica	653
2.8. Acordo de leniência	653
2.9. Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo. Parcelamento do débito tributário.....	654
2.10. Causas especiais de aumento de pena	658
2.11. Ação penal.....	658
2.12. Processo administrativo-fiscal e propositura da ação penal pelo Ministério Público	658
2.13. Competência	666
2.14. Sigilo bancário	666
2.15. Sigilo bancário e Ministério Público.....	666
2.16. Sigilo fiscal	666
2.17. Prisão. Liberdade provisória	666
2.18. Crimes contra a ordem tributária. Divisão.....	667
3. Comentários aos crimes previstos no art. 1º	667
3.1. Considerações gerais	667
3.1.1. Condutas típicas	667
3.1.2. Natureza jurídica.....	667
3.1.3. Sujeito ativo	668
3.1.4. Sujeito passivo.....	668
3.1.5. Objetividade jurídica	668
3.1.6. Elemento subjetivo	668
3.1.7. Consumação e tentativa	669
3.1.8. Pena	669
3.2. Condutas previstas nos incisos I a V do art. 1º	669
3.2.1. Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias (inciso I)	669
3.2.2. Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal (inciso II)	670

3.2.3. Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda ou qualquer documento relativo à operação tributável (inciso III)	672
3.2.4. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato (inciso IV)	673
3.2.5. Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizado, ou fornecê-lo em desacordo com a legislação (inciso V).....	674
3.2.6. Figura equiparada	675
4. Comentários aos crimes previstos no art. 2º	677
4.1. Considerações gerais	677
4.1.1. Natureza jurídica.....	677
4.1.2. Pena	677
4.2. Condutas previstas nos incisos I a V do art. 2º da Lei	678
4.2.1. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento do tributo (inciso I)	678
4.2.2. Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (inciso II)	679
4.2.3. Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer porcentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou contribuição como incentivo fiscal (inciso III)	680
4.2.4. Deixar de aplicar ou aplicar irregularmente incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por entidade de desenvolvimento (inciso IV).....	681
4.2.5. Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação diversa da fornecida à Fazenda Pública (inciso V).....	681
5. Comentários aos crimes previstos no art. 3º	681
5.1. Considerações gerais	681

5.2. Sujeito ativo	682
5.3. Condutas previstas nos incisos I a III do art. 3º da lei	682
5.3.1. Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha guarda em razão da função; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social (inciso I)	682
5.3.2. Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função, mesmo que fora dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los indevidamente (inciso II)	683
5.3.3. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Fazendária valendo-se da qualidade de funcionário público (inciso III)	684
6. Concurso de crimes	684

TERRORISMO

LEI N. 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016

1. Terrorismo no direito internacional	686
2. Terrorismo no direito pátrio	690
3. Objetividade jurídica	691
4. Sujeito ativo	692
5. Sujeito passivo.....	692
6. Causa de aumento de pena.....	692
7. Competência	693
8. Ação penal.....	693
9. Imprescritibilidade.....	693
10. Terrorismo e Lei dos Crimes Hediondos	693
11. Prisão temporária.....	693
12. Aplicação da lei das organizações criminosas.....	694
13. Das medidas assecuratórias	694
14. Da administração dos bens.....	695
15. Dos bens localizados no estrangeiro	695
16. PLS 272/2016.	695

TORTURA

LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

1. Considerações iniciais	697
2. Tortura. Aspectos penais	699
3. Crimes de tortura	702
3.1. Comentários ao art. 1º, I, da lei	702
3.1.1. Conceito	702
3.1.2. Objetividade jurídica	703
3.1.3. Tipo objetivo.....	703
3.1.4. Sujeito ativo	705
3.1.5. Sujeito passivo.....	706
3.1.6. Consumação.....	706
3.1.7. Tentativa	706
3.1.8. Desistência voluntária	707
3.1.9. Arrependimento eficaz.....	707
3.1.10. Elemento subjetivo	707
3.1.11. Inexigibilidade de conduta diversa.....	709
3.2. Comentários ao art. 1º, II, da lei.....	711
3.2.1. Conceito	711
3.2.2. Objetividade jurídica	711
3.2.3. Tipo objetivo.....	711
3.2.4. Sujeito ativo	711
3.2.5. Sujeito passivo.....	712
3.2.6. Tortura-castigo e maus-tratos (art. 136 do CP).....	712
3.2.7. Consumação e tentativa	712
3.2.8. Elemento subjetivo	713
3.3. Comentários ao art. 1º, § 1º, da lei. Figura equiparada	713
3.3.1. Conceito	713
3.3.2. Objetividade jurídica	714
3.3.3. Tipo objetivo.....	714
3.3.4. Sujeito ativo	714
3.3.5. Sujeito passivo.....	714
3.3.6. Consumação e tentativa	714
3.3.7. Elemento subjetivo	715
3.4. Comentários ao art. 1º, § 2º, da lei. Responsabilidade do omissivo.....	715

3.4.1. Conceito	715
3.4.2. Tipo objetivo.....	715
3.4.3. Sujeito ativo	717
3.4.4. Consumação e tentativa	717
3.4.5. Elemento subjetivo	718
3.4.6. Pena. Regime de cumprimento de pena	718
3.5. Qualificadora – art. 1º, § 3º, da lei.....	718
3.6. Causa de aumento de pena – art. 1º, § 4º, da lei.....	719
3.7. Ação penal.....	721
4. Progressão de regime	721
5. Efeitos da condenação	723
6. Graça e anistia. Fiança	723
7. Extraterritorialidade	725
8. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	726

DROGAS

LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

1. Legislação	728
1.1. Entrada em vigor da Lei n. 11.343/2006.....	728
1.2. Âmbito de aplicação e objeto da Lei n. 11.343/2006	728
2. Parte penal – Dos crimes e das penas	728
2.1. Do usuário.....	728
2.2. Do tráfico.....	741
2.3. Do tráfico. Condutas equiparadas	752
2.3.1. Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas (§ 1º, I)	753
2.3.2. Semeadura, cultivo ou colheita de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas	755
2.3.3. Utilização indevida de local ou bem de qualquer natureza ou consentimento para que outrem dele se utilize para o fim de tráfico de drogas.....	756
2.4. Induzimento, instigação ou auxílio ao uso indevido de droga	758
2.5. Incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de drogas	760
2.6. Cessão gratuita e eventual de droga	760

2.7. Causa de diminuição de pena – art. 33, § 4º.....	762
2.7.1. Da inconstitucionalidade do benefício.....	765
2.8. Tráfico de maquinário	767
2.9. Associação criminosa	770
2.10. Financiamento ou custeamento do tráfico ilícito de drogas ou maquinários	773
2.11. Colaboração como informante	776
2.12. Prescrever ou ministrar culposamente em excesso ou irre- gularmente	776
2.13. Violação de sigilo	779
2.14. Condução de embarcação ou aeronave após consumo de drogas	779
2.15. Causas de aumento de pena	780
2.16. Delação eficaz	785
2.17. Do critério de fixação da pena	786
2.18. Dos benefícios legais.....	787
2.19. Da redução ou isenção da pena.....	787
3. Da investigação e do procedimento penal.....	788
4. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	797
5. Das disposições finais e transitórias	801
5.1. Conceito de droga	801
5.2. Incentivos fiscais	805
5.3. Da falência ou liquidação extrajudicial de empresas ou es- tabelecimentos hospitalares.....	805
5.4. Competência	806
5.5. Destruição de drogas em processo já encerrado	808
6. Questões diversas.....	809
6.1. Convenções Internacionais.....	809
6.2. Lei do abate ou destruição de aeronaves	810

TRÁFICO DE PESSOAS

LEI N. 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

1. Legislação	811
1.1. Entrada em vigor da Lei n. 13.344/2016	811
1.2. Âmbito de aplicação e objeto da Lei n. 13.344/2016	811
2. Princípios e diretrizes.....	811

3. Da prevenção ao tráfico de pessoas.....	813
4. Da repressão ao tráfico de pessoas.....	813
5. Da proteção e da assistência às vítimas.....	813
6. Disposições processuais.....	814
7. Das alterações do Código Penal.....	816
7.1. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual e Lei de Lavagem de Dinheiro.....	818
7.2. Objeto jurídico.....	820
7.3. Elementos do tipo.....	820
7.4. Elemento subjetivo.....	821
7.5. Consumação e tentativa.....	821
7.6. Formas.....	822
7.7. Competência.....	822
8. Das campanhas relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	823

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

LEI N. 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

1. Introdução.....	824
1.1. Convenções Internacionais de combate à discriminação e violência contra a mulher.....	824
1.2. A Lei Maria da Penha.....	824
2. O termo “violência” na Lei n. 11.340/2006.....	825
2.1. Violência doméstica e familiar.....	825
2.2. Tipos de violência.....	827
3. Atendimento pela autoridade policial.....	827
3.1. Inquérito policial.....	827
3.2. Atendimento policial e pericial especializado.....	828
4. Procedimentos.....	829
4.1. Juizados Específicos.....	829
4.2. Competência.....	831
4.3. Renúncia ao direito de representação.....	831
4.4. Penas proibidas.....	831
5. Medidas protetivas de urgência.....	832
5.1. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor....	833
5.2. Medidas protetivas de urgência à ofendida.....	834

5.3. Descumprimento das medidas protetivas.....	835
5.4. Prisão preventiva.....	835
6. Atuação do Ministério Público.....	837
7. Hipóteses de Aplicação da Lei Maria da Penha	838
8. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	838
<i>Bibliografia</i>	841